

(Continuado da pág. 8)

números máximos não só para a universidade no seu todo mas para os diversos departamentos de ensino e de investigação; arrancar com programas, projectos e construção de instalações e dotar os laboratórios e bibliotecas do equipamento didáctico e científico indispensável; estudar e implantar novas metodologias de ensino; desenvolver planos de formação de pessoal docente, investigador, técnico e administrativos; e estabelecer esquemas de serviço à comunidade".

Do conjunto destas tarefas que o ministro achou ser "aliciante" se incumbirão os membros da comissão instaladora: profs. Maria de Lurdes Belchior, Gonçalves Ferreira, Alfredo de Sousa, Pinto Peixoto e Delgado Domingos. O prof. Fraústo da Silva, reitor da nova universidade, foi director do Instituto Superior Técnico, entre 1970 e 1972, afastando-se também agora de funções docentes no mesmo estabelecimento de ensino. ■

## TRÊS ESCRITORAS EM TRIBUNAL

Marcado inicialmente para 3 de Julho e adiado por ausência de uma das acusadas, que se encontrava doente, o julgamento das escritoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa e do editor Romeu Correia de Melo teve as suas primeiras sessões no passado dia 25 de Outubro, de manhã e de tarde, no VI Juízo Criminal da Boa-Hora, presidido pelo juiz dr. Alfrío Galina Barbosa. As sessões decorreram à porta fechada e, segundo se sabe, foram preenchidas por longas exposições das escritoras. A continuação do julgamento está marcada para o dia 31 de Janeiro.

Segundo o despacho de pronúncia, "em data ignorada de Março e até data ignorada de Outubro de 1971, as três primeiras arguidas escreveram em colaboração, mediante prévia combinação, um livro ao qual deram o nome de "Novas Cartas Portuguesas". Tal livro foi escrito pelas arguidas nesta cidade de Lisboa. Sucede que o dito livro foi escrito contendo diversas passagens de conteúdo imoral e

pornográfico. Mas uma vez concluído o original, as arguidas entraram em contacto com a editorial Estúdios Cor, com sede nesta cidade, através da qual pretendiam a respectiva impressão e divulgação pelo público, nos termos normais em que se divulgam obras literárias... O conteúdo é atentório da moral pública...".

Às arguidas foi aplicado o artigo 10 da antiga Lei de Imprensa (abuso de liberdade de Imprensa) com referências no artigo 420 do Código Penal, isto é, "ofensas à moral pública".

No julgamento figuram 21 declarantes, na sua maioria livreiros, e cerca de 30 testemunhas de defesa, entre as quais Maria Lamas, António Quadros, José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, Natália Nunes, Jacinto do Prado Coelho, David Mourão-Ferreira, Fernando Namora, Alexandre O'Neil, Álvaro Guerra, José Tengarrinha, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Vieira de Almeida, Mário Sottomayor-Cardia, Pedro Tamen, Mário Braga e outros escritores e intelectuais portugueses.

São advogados de Maria Isabel Barreno os drs. Francisco Salgado Zenha e Duarte Vidal; de Maria Teresa Horta, o dr. Luís Francisco Rebelo; de Maria Velho da Costa, os drs. Sá Borges e António Alçada Baptista.

O livro "Novas Cartas Portuguesas" reúne textos de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, embora não especificando a autoria de cada um deles. O primeiro texto tem data de 1 de Março de 1971 e o último de 25 de Outubro do mesmo ano. O livro saiu em Abril de 1972, incluído na colecção Serpente, da editora Estúdios Cor, tendo sido retirado do mercado pouco tempo depois da sua publicação.

A capa inclui apenas os nomes das autoras, o título do livro e a indicação do editor. Em subtítulo, nas primeiras páginas, lê-se: "ou de como Maina Mendes pôs ambas as mãos sobre o corpo e deu um pontapé dos outros legítimos superiores", numa alusão directa a obras das autoras.

Para o editor e de acordo com palavras escritas na "orelha" do livro, as "Novas Cartas Portuguesas" são o testemunho colectivo e convergente de três mulheres, três nomes relevantes nas letras portuguesas. Livro actualíssimo pela abordagem ousada da problemática feminina posta em termos radicais e incomplacentes para com a enferrujada maquinaria dos preconceitos

ainda vigentes; mas, ao mesmo tempo, tradicionalista, tanto quanto a sua estrutura epistolar vem repor a tradição da literatura feminina do século XVII, que teve como expoente Soror Mariana Alcoforado, cuja personalidade amorosa é o núcleo das metamorfoses psicológicas que se desenvolvem neste livro".

## VÁRIAS TRADUÇÕES EM PERSPECTIVA

Com efeito, o caso de Mariana Alcoforado, freira de Beja, reclusa num convento enquanto serviam em Portugal oficiais estrangeiros para reestruturação do Exército, forma o núcleo temático do livro de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. As cartas, atribuídas àquela religiosa portuguesa e enviadas a um oficial francês, são consideradas uma obra-prima da literatura amorosa e estão traduzidas em quase todas as línguas cultas. O próprio título, "Novas Cartas Portuguesas", sugere o das cartas de Mariana Alcoforado, conhecidas pela designação de "Lettres Portugaises".

A apreensão do livro e o processo instaurado às autoras e ao editor provocou movimentos de solidariedade em vários países do mundo, sobretudo nos E.U.A., na Inglaterra, na França e na Itália, na sua maior parte da iniciativa de movimentos feministas. O caso mereceu já reportagens das grandes publicações internacionais, que se lhe referem com a designação genérica de o "caso das três Marias".

O caso tem já, portanto, larga audiência internacional e sabe-se que o livro aparecerá brevemente em inglês (uma edição de 100 mil exemplares está anunciada nos E.U.A. para Janeiro) em francês, tendo já sido noticiado que decorrem negociações para a sua tradução em italiano, holandês, norueguês, sueco e japonês. ■

leia  
MODAS  
E BORDADOS